



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS**  
"O LEGISLATIVO A FAVOR DA COMUNIDADE"

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**  
Publicado (a) no Placard da Câmara  
Municipal de Cariri do Tocantins - 1021/18/2017

*Rozana Assis Santana*  
Geral Secretária

**EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº. 001/2017**

Acrescenta o art. 222-A a Lei Orgânica do Município de Cariri do Tocantins e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, faz saber que a Câmara Municipal aprova e promulga a seguinte Emenda:**

Art. 1º. Fica acrescido a Lei Orgânica do Município de Cariri do Tocantins o art. 222-A, que terá a seguinte redação:

Art. 222 – A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 2º. As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica ou legal.

§ 3º. No caso de impedimento de ordem técnica ou legal, no empenho de despesas que integre a programação, na forma do § 1º deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 (trinta) dias após prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS**  
**"O LEGISLATIVO A FAVOR DA COMUNIDADE"**

implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 4º. Após o prazo previsto no inciso IV do § 3º, as programações orçamentárias previstas no § 1º não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na hipótese prevista no inciso I do § 3º.

§ 5º. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 1 deste artigo, poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 6º. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.


§ 7º. Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação será:


I – demonstrada em dotações orçamentárias específicas da Lei Orçamentária Anual, preferencialmente em nível de subunidade orçamentária vinculada à secretaria municipal correspondente à despesa, para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas;

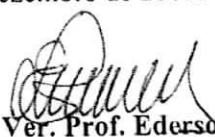
II – fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos."


Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua aprovação, revogados as disposições em contrário.


Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cariri do Tocantins, aos 21 de dezembro de 2017.

  
**Ver. Gero Laimer**  
Presidente

  
**Ver. Arivan Alves**  
Vice-Presidente

  
**Ver. Prof. Ederson**  
1º Secretário

  
**Ver. Cristóvão Colombo**  
2º Secretário

  
**Ver. Galego da Patrola**  
Suplente